

EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE: AMPLIANDO OPORTUNIDADES

RESUMO

A competitividade e o crescente dinamismo observados no mundo globalizado trazem diversas oportunidades, mas, também, muitos desafios para a humanidade. A busca pela harmonização entre homem e planeta torna-se, crescentemente, tema de discussão em diversas agendas pela urgência em se encontrar meios de fazer com que os indivíduos entendam e aprendam a viver com o necessário pois os excessos serão, em algum tempo, ressentidos pelas gerações futuras. Dividido em três seções, neste estudo, a primeira delas introduz o trabalho realizando uma breve correlação entre a crise ambiental e as práticas sociais decorrentes de uma cultura baseada no consumismo. Na segunda parte, inicia-se, então, o levantamento teórico, dividido em três subtemas, onde, o primeiro, mostra o conceito de desenvolvimento sustentável e de como a palavra sustentabilidade tornou-se usual e as implicações dessa disseminação e, posteriormente, o segundo e terceiro, como a educação pode ser um instrumento para a ampliação de oportunidades. Por fim, considerou-se que a educação é fator determinante para a formação de um indivíduo que acredite que suas atitudes implicarão em consequências diretas na sua qualidade de vida e das gerações futuras, evidenciando a necessidade da elaboração de um plano político pedagógico que contemple mais do que teorias mas, também, a responsabilidade de formar cidadãos conscientes de seu papel social, de sua responsabilidade ambiental e equilíbrio econômico, comprometidos com uma cultura voltada para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Educação, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The competitiveness and the increasing dynamism observed in the globalized world bring many opportunities to humanity, but also many challenges. The search for harmonization between the mankind and the planet has increasingly become the subject to multiple agendas due to the urgency to have individuals understand and learn how to live within their means, considering that any excesses will be, at some point, resented by the future generations. Divided into three sections, the first of which introduces the work performing a brief correlation between the environmental crisis and social practices arising from a culture based on consumerism. Follows in the second part, then starts the theoretical survey, divided into two sub-themes, where the first shows the concept of sustainable development and how the word sustainability has become usual and the implications of this spread and subsequently the second and third, how education can be a tool for the formation of a more sustainable society. Finally, it was felt that education is crucial to the formation of an individual who believes that your actions will lead to direct consequences on their quality of life and future generations factor, highlighting the need to prepare an educational plan that includes more political than theories but also the responsibility of forming citizens aware of their social role, its environmental responsibility and economic balance, committed to a culture focused on sustainable development..

Key words: Education, Sustainability, Sustainable Development.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a sustentabilidade de nossas práticas diárias, sejam pessoais ou corporativas, não pode mais isentar as questões relativas à educação. É inegável que esta situação socioambiental alarmante a que chegamos deve-se em grande parte a desinformação sobre as possíveis consequências de atividades cotidianas ou há, até mesmo, aqueles que simplesmente ignoram o impacto da humanidade sobre o planeta (ENGELMAN, 2013).

Desta forma, a educação ganha destaque na formação da sociedade já que sua função também consiste na produção e sistematização de novos conhecimentos que emanam, também, das necessidades sociais. Talvez, o que estejamos vivenciando, seja o reflexo da falha na preparação da sociedade para uma vida sustentável, principalmente, num tempo em que o consumo é cada vez mais incentivado e demanda uma quantidade maior de recursos supri-lo.

O avanço tecnológico que vivenciamos nas últimas décadas fez com que os seres humanos progredissem em quantidade de consumo, porém o progresso qualitativo não acompanhou na mesma medida. Somos levados a acreditar durante a nossa formação, seja em nosso lar, no ambiente escolar, nas rodas de amigos, que o “ter” determina a sua importância na sociedade. Desta forma, o incentivo ao consumo desenfreado, tornando os produtos cada vez mais descartáveis, fez com que a demanda por recursos para produzi-los fosse elevada a níveis que não pudessem ser repostos na mesma proporção ou, até mesmo, que não exista a preocupação da necessidade de repor o que está sendo extraído.

Neste ensaio, apresenta-se a consolidação da ideia de que o desenvolvimento sustentável é uma meta que, para ser atingida, exige compromisso demonstrado como um processo que deve ser iniciado na educação pois, o entendimento de que vivemos atualmente uma crise ambiental que pode ser atribuída ao desequilíbrio produzido pelo estilo de vida da sociedade moderna ocidental, resultante da cultura capitalista e de comportamentos individualistas, torna relevante conhecer de como a educação pode servir para ampliar as oportunidades e contribuir para a concretização de um desenvolvimento cunhado em pilares sustentáveis.

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento teórico sobre os temas pertinentes que foram analisados qualitativamente e expostos como um ensaio teórico no formato proposto por Meneghetti:

“O ensaísta não vive somente o momento da escrita e de interlocução. No ensaio se encontram os momentos das leituras, das reflexões intelectuais, das experiências de vida, da cultura geral adquirida. Encontram-se também suas fragilidades, limitações e preconceitos; afinal o ensaísta admite sua condição de exposição como sujeito, sem precisar esconder-se no formalismo do discurso, das metodologias científicas rígidas ou do formalismo da academia. (...) Sua força e importância consistem exatamente no fato de o autor se expor e se mostrar como sujeito que reflete de forma autônoma, sendo capaz de defender seus argumentos sem precisar aprisionar-se nos formalismos de conhecimentos prontos e rígidos” (MENEGETTI, 2011, p. 345).

Inúmeros argumentos podem ser levantados contra e a favor dessa evolução, mas é preciso perguntar-se o quanto ainda poderemos continuar evoluindo de forma socialmente tão desigual e até onde, verdadeiramente, podemos entender isso como progresso, quando práticas isoladas não contribuem significativamente para um desenvolvimento sustentável (ENGELMAN, 2013). Então, onde começa, de fato, a mudança que se faz necessária para que homem e planeta consigam se harmonizar? Se entendermos que a sociedade que temos é o resultado do tipo de educação praticada, podemos considerar que para que se possa andar na contramão de um fim ambiental catastrófico é preciso repensar também os moldes educacionais que hoje são aplicados. Portanto, este estudo tem por objetivo elaborar reflexões pertinentes a partir da literatura recente da temática em discussão.

2. LEVANTAMENTO TEÓRICO

Apesar da educação básica para todos ser considerada uma meta viável de ser atingida (UNESCO, 1998), não basta apenas colocar pessoas em espaços onde receberão conteúdos. Ser facilitador do desenvolvimento de um ser humano é uma tarefa delicada, principalmente quando nos encontramos em um momento histórico em que os valores sociais estão sendo questionados e as pessoas parecem perceber a importância de não apenas ensinar, mas de, formar sujeitos capazes de lidar com os desafios e consequências de suas escolhas que poderão determinar como será a sua vida e das gerações futuras.

Nesta seção, será abordado como o modelo educacional se envolve com o conceito de desenvolvimento sustentável e como influencia nas oportunidades dos indivíduos.

I. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

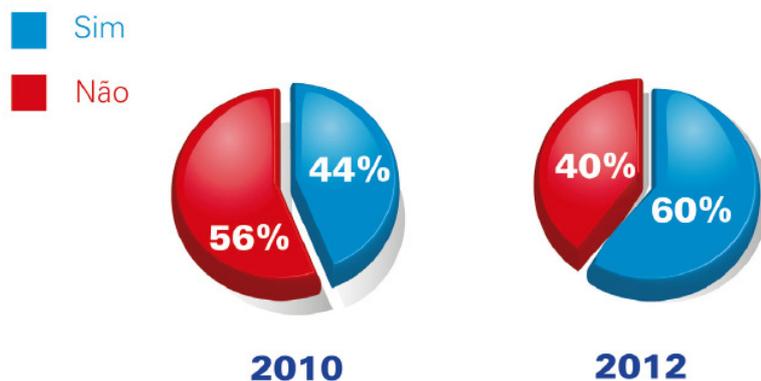
Os estudos envolvendo a sustentabilidade são cada vez mais crescentes e ganham destaque nas agendas de discussão, uma vez que se dedicam a tentar entender o impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente e de que forma eles poderiam ser reestruturados de forma a diminuir ou neutralizar seus efeitos, tendo como premissa básica a conformidade entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais (WCED, 1987).

Desenvolvimento sustentável, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), “é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2014). Este conceito foi utilizado pela primeira vez em 1979 na Assembleia Geral das Nações Unidas, acentuando que o desenvolvimento é um processo a ser cunhado não apenas na dimensão econômica, mas também em outras dimensões como culturais, éticas, ambientais, políticas e sociais. O Worldwatch Institute, através de seus relatórios, foi, na década de 80 e, em especial, pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, um dos principais disseminadores deste conceito (BENFICA,2001).

Não é raro encontrarmos em diversos tipos de mídia algo que se refira a sustentabilidade, a desenvolvimento sustentável ou qualquer outra expressão que remeta às práticas socioambientalmente responsáveis. Assim como os seres vivos, as palavras também sofrem ciclos evolucionários ganhando novos sentidos ao longo de sua vida de uso. A utilização do termo sustentabilidade nos mais diversos contextos e para os mais diferentes fins fez com que o seu sentido fosse sendo distorcido e a sua verdadeira essência, no senso comum, se perdesse assim como o compromisso com o seu significado, sendo, em geral, no meio corporativo, por exemplo, utilizado para definir práticas que se adequam ao que se chama *greenwashing*, que se destina a conceituar um comportamento verde e não a operação da organização como um todo, que seria, então, sustentável (ENGELMAN, 2013). Apesar disso, auferir destaque para o tema pode despertar sua relevância para um número cada vez maior de pessoas que passem a se interessar pela discussão da temática e conhecê-lo melhor em sua essência conceitual. É o que vem confirmar a pesquisa do Instituto Akatu que, de 2010 para 2012, houve o aumento de 44% para 60% do quinhão de brasileiros que “ouviram falar”

no termo sustentabilidade. Ocorreu, ainda, também apresentado nesta pesquisa, o aumento do interesse pela busca de informações sobre o tema, passando de 14% para 24% (INSTITUTO AKATU, 2013).

Percentual de respondentes que declararam ter ouvido falar sobre sustentabilidade (2010 e 2012)



Questão: Você já ouviu falar em "sustentabilidade"?

Gráfico 1: Fonte: Instituto Akatu, 2013, p. 25

No prefácio do relatório Nosso Futuro Comum, o presidente da Comissão responsável por sua elaboração, definiu o desenvolvimento como “o que todos nós fazemos ao tentar melhorar nossas vidas” (WCED, 1987). Isto demonstra que a ideia central de evolução que ainda se tem ignora a preocupação de por quanto tempo ainda seremos capazes de manter esse tipo de desenvolvimento e excetua o cerne da sustentabilidade haja visto que restringe o seu conceito apenas ao presente em detrimento às gerações futuras que sofrerão as consequências das escolhas sociais atuais. Esta ideia de preocupar-se exclusivamente com o próprio bem estar e isto ser ligado ao conceito de desenvolvimento, faz com que nos remetamos às ideias do economista Amartya Sen sobre o auto interesse e o altruísmo nas relações corporativas, onde ele questiona sobre o comportamento humano, entendendo que mesmo agindo em favor do outro é possível que isto traga benefícios para o agente, ao mesmo passo que poderiam acontecer disfunções se todas as atitudes fossem isentas de auto interesse.

*“Vale a pena comentar – correndo o risco de apontar o óbvio – que negar que as pessoas **sempre** se comportam de modo exclusivamente auto interessado não equivale a afirmar que elas sempre agem com altruísmo. Seria extraordinário o auto interesse não ter um papel importantíssimo em numerosas decisões e, de fato, as transações econômicas normais entrariam*

*em colapso se o auto interesse não desempenhasse um papel substancial em nossas escolhas. A verdadeira questão é se existe ou não uma pluralidade de motivações ou se **unicamente** o auto interesse rege os seres humanos.”*
(SEN, 1999 apud MACHADO FLHO, 2011, p. 8)

Ainda envoltos pelas argumentações de Sen, (2009), apesar da dificuldade em se discutir de forma racional as ideias de justiça, ele afirma que um caso de injustiça se dá apenas quando o fato calamitoso poderia ser evitado e, principalmente, se os responsáveis por evitá-lo deixam de fazê-lo. Não seríamos nós então os responsáveis pela construção e manutenção de um ambiente salubre e com boa qualidade de vida? Somos ativos e coniventes, assim, de uma injustiça quando ignoramos que as nossas escolhas contribuem para o crescimento da desigualdade social e para a degradação ambiental (SEN, 2011).

A utilização de indicadores econômicos como padrão de mensuração dos resultados de um país faz com que haja uma visão míope sobre o desenvolvimento já que se pode apenas verificar, a exemplo de um altímetro em um avião, se ele está indo para cima ou para baixo, mas não indica em que direção está seguindo (RAWORTH, 2013). É preciso, ainda, não esquecer que para que as necessidades essenciais das pessoas sejam atendidas depende também, em parte, do crescimento econômico, ficando evidenciada a necessidade de que os três pilares da sustentabilidade tenham luz ante ao foco do desenvolvimento e, para que ele possa ser visto como sustentável, faz-se necessário “que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial produtivo e pela garantia de oportunidades iguais para todos” (WCED, 1987).

Construir uma cultura de sustentabilidade, ou seja, “o conjunto de costumes que rege o comportamento de um grupo”, provocará uma mudança nas expectativas e exigências da sociedade frente aos bens e serviços ofertados sejam eles de iniciativa pública ou privada, oferecendo também a possibilidade dessas iniciativas se diferenciarem e terem esses produtos, serviços ou comportamentos percebidos pelos seus stakeholders, transformando-os ainda em vantagem competitiva. Para tanto, a aplicação de novos conceitos irá se deparar com a quebra de paradigmas de uma consciência e prática sociais já estabelecidas e que exigem algum esforço para a mudança. Desta forma, não apenas inferir sobre os atores já atuantes do presente cenário, mas, principalmente, buscar influenciar novas gerações poderá ser a saída para a consolidação do desenvolvimento sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Apesar do senso comum de que algo precisa ser feito para que seja possível a sobrevivência das gerações humanas futuras, bem como outras espécies, a falta de garantias de que as medidas adotadas sejam suficientes para que essa existência esteja resguardada, cria uma tensão entre priorizar as necessidades dos seres humanos que estão vivos hoje, enquanto se busca a preservação de condições que permitirão às futuras gerações atenderem, então, às suas necessidades (ENGELMAN, 2013).

II. EDUCAÇÃO COMO CAMINHO

Diante de diversas definições e entendimento sobre o que é educação, a apresentada pela Enciclopédia Barsa adere ao contexto deste trabalho, conforme se apresenta:

“Processo vital de desenvolvimento e formação da personalidade, a educação não se confunde com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora e abrange o homem em todos os seus aspectos. Começa na família, continua na escola e se prolonga por toda a existência humana. Educação é o processo pelo qual uma pessoa ou grupos de pessoas adquirem conhecimentos gerais, científicos, artísticos, técnicos ou especializados, com o objetivo de desenvolver sua capacidade ou aptidões. Além de conhecimentos a pessoa adquire também, pela educação, certos hábitos e atitudes” (BARSA, 2002, p.298).

Neste conceito, começa a ser evidenciada a importância da educação no processo de construção dos hábitos do indivíduo. Ainda segue destacando como seu principal sustentáculo o intento de capacitar o homem como agente transformador ao mesmo passo que ele deve se colocar passivamente em favor do bem comum.

O objetivo primordial da educação é dotar o homem de instrumentos culturais capazes de impulsionar as transformações materiais e espirituais exigidas pela dinâmica da sociedade. A educação aumenta o poder do homem sobre a natureza e, ao mesmo tempo, busca conformá-lo aos objetivos de progresso e equilíbrio social da coletividade a que pertence” (BARSA, 2002, p. 298).

Ao nos depararmos com esta definição, temos a sensação de que a educação nestes moldes é algo utópico, mas sua contribuição é relevante pois traz como pilar a fuga de uma educação puramente instrumental, buscando, isto assim, a aproximação entre conhecimento e prática, conforme as ideias de Paulo Freire que entende que a educação deve ser adequada às experiências pessoais do educando, respeitando o ambiente no qual ele está inserido.

Ao se entrar em contato com indicadores de programas internacionais como o PISA (Programme for International Student Assessment), que busca avaliar estudantes de 15 anos

de países integrantes da OECD - Organisation for Economic Cooperation and Development - e também de países convidados, como é o caso do Brasil, constata-se que, apesar das progressivas melhorias, os estudantes brasileiros ainda encontram-se distantes da realidade educacional de países desenvolvidos e atrás, até mesmo, de vizinhos sulamericanos como Chile, Colômbia e Uruguai. Um dos principais objetivos deste programa é comparar os resultados obtidos em cada país para entender quais as práticas dos que possuem os melhores indicadores e tentar adequá-las aos locais que apresentam resultados insatisfatórios, com a produção de políticas que se traduzam em melhoria na educação básica (INEP, 2012).

O PISA é trazido ao nosso enredo como referência, por se tratar de um processo de avaliação não composto exclusivamente por provas aplicadas à teoria mas em um formato que exige do avaliado contextualização social e prática e, é neste sentido, que a educação para sustentabilidade deve ser maturada.

Em um país de dimensões continentais, como o Brasil, e em que as desigualdades sociais são gritantes, fazer com que as pessoas entendam e ajam em consonância com princípios sustentáveis é um grande desafio. Convencer um humilde trabalhador rural de que é mais coerente que seu filho esteja na escola, pois poderá ter melhores perspectivas para o futuro, do que ele estar no arado trabalhando e ajudando no sustento imediato de sua família é uma tarefa das mais árduas, já que as necessidades primárias são tão urgentes. No contraponto deste contexto, como estimular classes economicamente favorecidas a diminuir o seu consumismo convencendo-os de que isso não comprometerá sua qualidade de vida?

Neste momento é que a formação do indivíduo pode ser determinante sobre qual caminho seguir: trazer a prática sustentável como padrão de comportamento não dirigido, mas como natural e espontâneo. As unidades educacionais devem se tornar, assim, um espaço privilegiado para tal pois se colocam como local de interação cultural, social e pedagógica devendo ser capazes de fazer o educando perceber-se como sujeito social ativo, onde suas escolhas e atitudes terão consequências para si e para os demais.

A educação, para Paulo Freire, é um ato político. Ela jamais será neutra pois contém, essencialmente, intencionalidade. O educador será um agente reforçando cenários sociais já existentes ou em busca de construir um novo. Ele mobilizará esforços para conduzir seu orientado a práticas que o integrem à sociedade.

“Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das

relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, a terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História a manter a ordem injusta” (FREIRE, 2002, p. 36).

De forma convergente aos princípios de Freire, Jean Piaget, pai do Construtivismo, também entende que a educação acontece de forma ativa através da interação entre sujeito e objeto, facilitada pelo educador que deverá considerar o contexto social e físico do educando. Dentre os princípios piagetianos, destaca-se a ideia de que o aluno não faz o que quer, mas quer o que faz (BECKER, 2011), ou seja, se educado através de um modelo que o torne consciente, ele fará escolhas baseadas em todo o conhecimento internalizado, sentindo-se não apenas como agente, mas parte do meio ambiente.

Para que toda essa ideologia possa se consolidar é preciso que haja a preparação daqueles que serão responsáveis por colocá-las em prática e, em 1999 é criada, no Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental, sancionada pela Lei n. 9.795 e regulamentada pelo Decreto n. 4.281/02.

“Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade;

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” (BRASIL, 1999)

Fica evidente no artigo 2º que a educação ambiental, como proposta pela lei é um processo e, portanto, não pode ser tratada como algo limitado a uma disciplina específica e, de acordo com o artigo 8º da mesma lei, fica indicado, inclusive, que ela não seja implantada desta forma.

A educação para a sustentabilidade, assim como a educação ambiental, deve coincidir com uma pedagogia pluralista e multidisciplinar que promova uma visão global, holística e não fragmentada. Trata-se de uma proposição que estimule a mudança de comportamentos e sejam construídos costumes culturais, sociais e econômicos com baseada no conceito e práticas de desenvolvimento sustentável.

Iniciativas como o Edukatu, “uma rede de aprendizagem que visa incentivar a troca de conhecimentos e práticas sobre consumo consciente entre professores e alunos do Ensino Fundamental de escolas em todo o Brasil”, além de contribuir para formação de uma consciência de sustentabilidade, também estimula o desenvolvimento de ações junto às comunidades escolares dos participantes, formando uma esfera de engajamento em favor do consumo consciente. Os colaboradores tornam-se multiplicadores levando o conhecimento adquirido no projeto não apenas para o seu cotidiano mas também influenciando às práticas daqueles que compõem seus ambientes sociais. (INSTITUTO AKATU, 2014)

III. AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Se entendemos que a educação é o caminho para atingirmos uma sociedade mais igualitárias, pode-se concluir que ela será instrumento para a ampliação de possibilidades e oportunidades para os indivíduos.

A educação tem papel fundamental para o desenvolvimento pessoal e social e, portanto deve ser muito mais voltada para a transformação social do que para transmissão cultural. Educar traz para a sociedade a possibilidade de desenvolver-se de forma a “defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos” (UNESCO, 1998).

Reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades e só será possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for entendida como pilar fundamental e estruturante da sociedade para que seus efeitos possam ser exponenciais. Mais do que ministrar conteúdo, fazer com que o conhecimento seja transformado em ação e busca por melhores oportunidades. (BRASIL, 2007)

Sen afirma que a capacidade é formada por vários aspectos de funcionamento - o que o indivíduo é e o que ele faz - passando pela significação social, que refletirão as suas escolhas baseadas nas liberdades individuais (SEN apud WANDERLEY, 2001).

“Um funcionamento é uma realização, enquanto a capacidade é a habilidade para atingi-la. Funcionamentos são, em certo sentido, mais diretamente relacionados às condições de vida, uma vez que são aspectos diferentes de condições de vida. Capacidades, ao contrário,

são noções de liberdade, no sentido positivo: que oportunidades reais você tem reclassificando a vida que você pode levar.

Ao capacitar indivíduos, mais do que contribuir com possibilidades, estará sendo oferecida a liberdade de optar conforme as considerações de Sen. Para ele, não apenas indicadores econômicos ou modernização social devem ser considerados como desenvolvimento, mas também o respeito ao direito de praticar as liberdades inerente ao sujeito. (SEN, apud FRANÇA et al, 2008)

A visão de liberdade de Sen envolve processos que permitem a liberdade de ação e decisão como oportunidades reais dos indivíduos, dado suas circunstâncias pessoais e sociais. A relação que se estabelece entre a expansão das capacidades das pessoas e as políticas públicas é de mão dupla, nessa visão de desenvolvimento. A liberdade, para Sen, é “a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, apud FRANÇA et al, 2008, p.221).

Ainda neste sentido, destaca-se que promover autonomia e dotar os indivíduos da consciência das suas liberdades é um dos objetivos da educação (BRASIL, 2007).

A compreensão do conceito de autonomia do indivíduo exige a percepção da natureza dialética da relação entre socialização e individualização. Educar homens e mulheres autônomos é garantir a emergência de subjetividades críticas sobre o pano de fundo de uma tradição cultural gerada pela linguagem e pelo trabalho, o que só é possível pelo desenvolvimento de competências para se apropriar de conteúdos e da capacidade de tomar postura crítica frente a eles (BRASIL, 2007, p. 41).

O juízo crítico se formará, essencialmente, mais pela forma como se ensina do que pelo conteúdo do que se ensina, porém saber o que ensinar é fundamental para que não ocorram faltas ou excessos de conteúdo, podendo influenciar na forma de transmiti-lo. A relação entre forma e conteúdo é tão dialética quanto a socialização e a individualização e, encontrar a justa medida possibilitará ao educando condições de, por um lado, aprender a agir autonomamente e apto a pensar no todo, por outro lado, habilitá-lo a se desenvolver na sua

particularidade mesmo recebendo tantas influências socioculturais. “É essa condição que permite ao indivíduo autônomo tanto sua autodeterminação quanto sua auto-realização, seja colocando-se da perspectiva ética de membro de uma comunidade em devir, seja pela afirmação de seu próprio valor por meio de atividades criativas, exemplificadas pela ciência ou a arte” (BRASIL, 2007, p. 41).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a importância da temática, bem como suas perspectivas ainda é uma tarefa árdua para o Brasil, principalmente por ser um país com tantas urgências, no qual pode-se observar, em sua maioria, políticas públicas que se baseiam em tentar resolver os problemas existentes ao invés de se estruturar para evitar que eles aconteçam. Assim sendo, é preciso destacar que a ação política tem sua importância no que tange à implementação de práticas sustentáveis mas não se pode minimizar a relevância da dinâmica das unidades educacionais como formadoras de um aluno-cidadão ativo e consciente, onde o grande desafio dos educadores, também enquanto constantes aprendizes, não será o de passar conteúdos a seus educandos mas percebê-lo como um ser global onde o afetivo e o cognitivo são integrados, e gerar a atividade coletiva e cooperativa para vivenciar as relações que acontecerão no ambiente intra e extraescolar.

O indivíduo deverá, assim, aprender a decidir e comprometer-se com suas escolhas para a formação de sua totalidade. Portanto, é fundamental não negligenciar que o processo educativo engloba mais do que conteúdo programático mas, principalmente, contexto sociocultural, as condições em que se efetiva o ensino-aprendizagem, os aspectos organizacionais e, conseqüentemente, a construção do projeto político-pedagógico e a concretização do planejamento da educação para a sustentabilidade, onde educando e educador serão protagonistas de mudanças.

4. REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. **Caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire - da ação à operação** 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

BENFICA, Gregório. **Sustentabilidade e Educação**. Disponível em <<http://www.seara.uneb.br/sumario/professores/gregoriobenfica.pdf>>. Acessado em 02 de agosto de 2014.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 25 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 28 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso: 14 junho 2014.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Brasília, 24 de abril de 2007. Acessado e 13 de agosto de 2014.

CARTA DA TERRA. **Carta da Terra.** Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>. Acessado em 06 de agosto de 2014.

ENCICLOPÉDIA BARSA. 6ª ed. São Paulo: Balsa Planeta Internacional, 2002. 18 volumes.

ENGELMAN, Robert. **Além do blábláblá da Sustentabilidade.** O Estado do Mundo 2013, p. 3-16, 1ª ed., Salvador: Uma Ed., 2013.

FRANÇA, Nadir Raquel Cunha et al. **Ampliação de oportunidades e redução da pobreza - aplicação das liberdades instrumentais de Amartya Sen na avaliação de projetos de RSE.** Rev. Ciênc. Admin., Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 217-229, dez. 2008. Disponível em <http://hp.unifor.br/pdfs_notitia/2492.pdf>. Acessado em 13 de agosto de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INEP. **PISA.** Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acessado em 17 de outubro de 2013.

INSTITUTO AKATU. **Pesquisa Akatu 2012: Rumo à Sociedade do Bem Estar.** 1ª ed. São Paulo: Instituto Akatu, 2013. Disponível em <<http://www.akatu.org.br/pesquisa/2012/PESQUISAAKATU.pdf>>. Acessado em 14 de junho de 2014.

INSTITUTO AKATU. **Edukatu: Quem somos.** Disponível em <http://edukatu.org.br/quem_somos>. Acessado em 11 de julho de 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Mobilizando as Empresas por uma Sociedade mais Justa e Sustentável: Cultura e Valores.** Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/mobilizando-as-empresas-por-uma-sociedade-justa-e-sustentavel/cultura/#.U-VcDPIdWAV>>. Acessado em 02 de agosto de 2014.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade Social e Governança: O Debate e as Implicações.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Tréplica - O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero.** RAC, Curitiba, v. 15, nº 2, pp. 343-348, Mar./Abr. 2011. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acessado em 14 de junho de 2014.

MONTEIRO, Jamar. **Coletânea.** São Paulo: Intersubjetiva, 2008.

ONU Brasil. **A ONU e o Meio Ambiente.** Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acessado em 02 de Agosto de 2014.

OECD. **Programme for International Student Assessment (PISA): Results from PISA 2012 - Brazil.** Disponível em <<http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/PISA-2012-results-brazil.pdf>>. Acessado em 18 de dezembro de 2013.

OECD. **Strong Performers and Successful Reformers in Education.** Disponível em <<http://pearsonfoundation.org/oecd/brazil.html>>. Acessado em 18 de outubro de 2013.

PNUD. **Atingir o Ensino Básico Universal.** Disponível em <<http://www.pnud.org.br/ODM2.aspx>>. Acessado em 28 de outubro de 2013.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração Colegiada na Escola Pública.** 5ª ed., Campinas: Papyrus, 2009.

RAWORTH, Kate. **Definindo um Espaço Justo e Seguro para a Humanidade.** O Estado do Mundo 2013, p. 28-38, 1ª ed., Salvador: Uma Ed., 2013.

SILVA, Helena Marques da; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de. **O Isomorfismo na Educação Ambiental como Tema Transversal em Programas de Graduação em Administração.** Revista de Ciências da Administração, v. 15, nº 37, p. 170-186, dez. 2013. Disponível em <www.spell.org.br/documentos/download/18260>. Acessado em 14 de junho de 2014.

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça.** Companhia das Letras, 2011. Disponível parcialmente em <<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/12909.pdf>>. Acessado em 10 de agosto de 2014.

VASCONCELOS, K. C. A.; SILVA JÚNIOR, A.; SILVA, P. O. M. **Educação gerencial para atuação em ambientes de negócios sustentáveis: desafios e tendências de uma escola de negócios brasileira.** Revista de Administração Mackenzie, v. 14, nº 4, p. 45-75, jul/ago 2013. Disponível em <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/3440>>. Acessado em 11 de julho de 2014.

WANDERLEY, Lilian Outtes. **Sen's Capability Approach: A Meaningful Framework for Corporate Responsibility?** Disponível em <<http://202.154.59.182/ejournal/files/FRAMEWORK%20CSR.pdf>>. Acessado em 13 de agosto de 2014.

WCED. **Report our common future.** Genebra, 1987. Disponível em <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acessado em 02 de agosto de 2014.